



Regime de informação e práticas informacionais: entrelaçando conceitos para compreensão dos processos de significação dos sujeitos informacionais

Ligia Patricia Torino ^{I, III}

<https://orcid.org/0000-0001-7726-7385>

Terezinha Elisabeth da Silva ^{II, III}

<https://orcid.org/0000-0002-6176-7462>

Ilemar Christina Lansoni Wey Berti ^{III}

<https://orcid.org/0000-0002-1222-6045>

^I Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Campo Mourão, PR, Brasil

^{II} Câmara dos Deputados, Brasília, DF, Brasil

^{III} Universidade Estadual de Londrina, PR, Brasil

Resumo: Este estudo buscou analisar teoricamente o entrelaçamento entre os conceitos “regime de informação” e “práticas informacionais” no âmbito das publicações científicas da Ciência da Informação no Brasil. Utilizou abordagem de pesquisa exploratória e bibliográfica, de tipologia sistemática e qualitativa para analisar artigos disponíveis na Scientific Electronic Library Online, na Base de Dados em Ciência da Informação e nos Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Para a amostra da pesquisa foram selecionados cinco artigos a partir dos critérios adotados para análise, realizada na perspectiva dos autores em relação aos conceitos tensionados. O objetivo da pesquisa foi compreender como se consolida o entrelaçamento dos conceitos, a fim de qualificá-los para o entendimento de fenômenos informacionais. Os resultados permitem afirmar que o entrelaçamento entre os conceitos se consolida a partir do conceito de ações de informação, uma vez que os regimes de informação são constituídos, desenvolvidos e legitimados por meio de ações realizadas por sujeitos informacionais inseridos em determinados contextos sociais. Contudo, as ações de informação representam uma das dimensões de práticas informacionais, pois essas abrangem o processo de atribuição de significado à informação e a construção do conhecimento como um fenômeno informacional.

Palavras-chave: regime de informação; práticas informacionais; ações de informação; sujeito informacional

1 Introdução

A sociedade contemporânea tem sido marcada por uma intensa circulação de informações, discursos e sistemas, fenômeno que acarreta consequências significativas na vida cotidiana dos sujeitos. Compreender como a informação circula em determinados contextos e circunstâncias e analisar o impacto que ela provoca em políticas inscritas e subjacentes aos contextos dos indivíduos, constitui-se um instrumento de entendimento da realidade. Nesse caso, envolve investigar os processos de interação com a informação em atividades cotidianas, fundamental para o entendimento sobre os modos pelos quais os sujeitos constroem sentidos sobre si, sobre o mundo e sobre o conhecimento.

Na Ciência da Informação, essa temática se relaciona com duas áreas de estudo: regime de informação e práticas informacionais. Os regimes de informação são entendidos como sistemas normativos, discursivos e institucionais que orientam e controlam a produção, circulação e apropriação da informação, bem como a construção de novos conhecimentos, a partir de interações sociais em ambientes onde as ações de informação ocorrem. Por outro lado, os estudos sobre práticas informacionais são desenvolvidos para compreender os processos de atribuição de significado à informação em contextos específicos, considerando as dinâmicas intersubjetivas que viabilizam transformações tanto individuais quanto coletivas. Esses estudos consideram o “sujeito informacional” sob uma perspectiva mais ampla, centrada no coletivo que produz, se apropria e transforma a informação, ao mesmo tempo em que é transformado por ela.

Embora esses conceitos tenham sido amplamente estudados no campo da Ciência da informação, as investigações que os articulam para melhor compreensão de fenômenos informacionais são escassas. Nesse sentido, este estudo parte do questionamento: como os conceitos “regime de informação” e “práticas informacionais” se entrelaçam para melhor compreensão dos fenômenos informacionais, baseados nas publicações científicas da área da Ciência da Informação? Tem como objetivo identificar, em artigos publicados no Scientific Electronic Library Online (SCIELO), na Base de Dados em Ciência

da Informação (BRAPCI) e nos Anais do ENANCIB (Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação), o entrelaçamento entre os conceitos analisados, tensionando-os sob a perspectiva dos fenômenos informacionais do cotidiano.

Tem-se como pressuposto contribuir com o diálogo envolvendo poder e subjetivação da informação no âmbito da Ciência da Informação. Optou-se por utilizar como método a Revisão Sistemática de Literatura, configurando esta pesquisa como bibliográfica, exploratória, de natureza qualitativa.

2 Regime de informação

Estudiosos de diversas regiões e instituições acadêmicas do mundo, no Canadá (Frohmann, 1995), nos Estados Unidos (Braman, 2004; Ekbia; Evans 2009) e no Brasil (González de Gómez, 1999a,b) discutem há mais de duas décadas o conceito de regime de informação.

Regime de informação se configura como um campo amplo e mutável, no qual as relações entre políticas inscritas, expressas e subjacentes, formais ou informais e a informação são estabelecidas, construídas, integradas e transformadas nas relações de interesse. Esse fenômeno evidencia o valor e o poder da informação em contextos e circunstâncias envolvendo grupos de interesse. No Brasil, esse conceito se estabeleceu por meio dos estudos de González de Gómez (1999a,b) e Frohmann (1995), que o conceituam como qualquer sistema ou rede mais ou menos estável por onde a informação flui via estruturas específicas para sujeitos informacionais. Para Frohmann (1995), os elementos presentes no conceito de dispositivo proposto por Michel Foucault (1979, p. 244) são constituintes de regimes de informação:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos.

Para Frohmann (1995), com base em Foucault (1979), questões relacionadas a poder, informação e relações sociais (no aspecto de dispositivo) são entendidas na perspectiva de estrutura de poder em relações cotidianas, constituídas de elementos que permitem afirmações, negações e teorias de verdade, identificadas por práticas discursivas.

Segundo Frohmann (1995), a partir da análise de políticas de informação, a abordagem de um fenômeno pode ser ampliada para além da esfera governamental, passando a incluir uma diversidade de atores que operam nos mais distintos regimes de informação. Embora o conceito de regime de informação tenha relação estreita com o de políticas de informação, é possível diferenciá-los ao considerar os manejos informacionais no contexto das relações sociais. As políticas de informação se caracterizam por aspectos de ordem, regulação e exercício de poder, enquanto os regimes de informação se estruturam na interação entre os sujeitos, os estoques de informação, as diretrizes e práticas, o ambiente, dentre outros (González de Gómez, 2012).

Ainda, enquanto as políticas de informação estão voltadas, mais especificamente, para esfera de políticas públicas governamentais, os regimes de informação se situam como uma estrutura simbólica, onde a informação transita em determinado contexto e circunstância, impactando nas políticas estabelecidas, possibilitando que os sujeitos informacionais impactem e sejam impactados pelo fluxo informacional.

Por sua natureza, o regime de informação pode ou não ser regulado por políticas de informação. Mas, invariavelmente, impacta as Políticas de informação, uma vez que:

[...] um regime de informação seria o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância (González de Gómez, 2012, p. 43).

Nesse sentido, González de Gómez (1999a, p. 27) enfatiza que “[...] o conceito de regime de informação, nos permite falar de política e de poder sem ficarmos restritos ao Estado e às políticas públicas”. Zaneti e Silva, (2012, p. 22) destacam que “[...] em diferentes contextos, as sociedades adotam regimes de informação por meio dos quais organizam a produção material e documental e, ao mesmo tempo, determinam a dinâmica das relações sociais”. Esses elementos, por sua vez, configuram um regime específico através de relações entre atores, imbuídos de princípios abstratos, mas operacionalizados por meio de múltiplas e diversas instituições, acordos e procedimentos (Braman, 2004).

Bramam (2004, p. 13, tradução nossa) contribui também com a perspectiva da construção conceitual, destacando que os regimes de informação envolvem:

- [...] - governo: instituições formais, regras, normas, práticas e histórias de entidades geopolíticas;
- governança: instituições formais e informais, regras, acordos e práticas (ações e comportamentos) de atores estatais e não-estatais com efeito constitutivo na sociedade;
- governabilidade: contexto social e cultural no qual modelos de governança emergem e são sustentados.

No que se refere aos elementos constituintes de um regime de informação, Carvalho (2009) destaca, além dos atores envolvidos, a presença de políticas específicas, serviços, mecanismos e instrumentos formais que sustentam as práticas de disseminação e compartilhamento do conhecimento, bem como a existência de um vocabulário comum e os valores compartilhados e metas definidas.

Ademais, os regimes de informação abarcam diversos elementos heterogêneos em rede como regras de poder estabelecidas, atores sociais (entre eles, os próprios sujeitos, assim como os dispositivos e as tecnologias) e as políticas de informação que viabilizam as práticas com a informação (Bezerra *et al.*, 2016). Para que seja possível analisar como um regime de informação se estabelece, cabe compreender a existência de alguns elementos:

[...] os tecnológicos; os estoques de informação; os produtores de informação; os canais de comunicação; os sistemas de recuperação; organização; armazenamento e transferência da informação; as linguagens documentárias; e, principalmente, os seres humanos com suas necessidades informacionais (Bezerra *et al.*, 2016, p. 70).

Considerando ainda os apontamentos de Bezerra *et al.* (2016, p. 70-71), segundo os quais as construções teóricas de um conceito se desdobram nas práticas informacionais, é no constructo de regime de informação que se evidenciam as características e peculiaridades dos espaços e ambientes sociais. Tais espaços, situados em seus respectivos contextos, envolvem adaptações estratégicas baseadas em fundamentos teórico-conceituais em constante elaboração.

3 Práticas informacionais

No âmbito internacional, os estudos sobre práticas informacionais tiveram início em distintos países, destacando-se a Finlândia (Savolainen, 1995), o Canadá, (McKenzie, 2003), e o Reino Unido (Lloyd, 2010). No Brasil, os estudos são mais recentes (2013) e tiveram como precursores os pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, membros do grupo Estudos em Práticas Informacionais e Cultura (EPIC), Adriana Bogliolo Sirihal Duarte (*in memoriam*), Carlos Alberto Ávila Araújo, Cláudio Paixão Anastácio de Paula e Eliane Cristina de Freitas Rocha.

As práticas informacionais se concentram na abordagem sociocultural dos estudos de usuários e, sob essa perspectiva, observa-se, na Biblioteconomia e na Ciência da informação, um reposicionamento conceitual em relação ao termo “usuário”, que passa a ser substituído pelos termos “sujeito” ou “sujeito informacional”.

No âmbito da abordagem social, Tanus, Berti e Rocha (2022) ressaltam a relevância da substituição do termo “usuário” pelo termo “sujeito”, ou “sujeito informacional”, entendido como um conceito próprio da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, conforme vem sendo evidenciado nos estudos, especialmente os que abordam as práticas informacionais.

A concepção de usuário da informação tem sofrido modificações ao longo do tempo. Enquanto os estudos tradicionais se centram em análises a partir de dados sociodemográficos, na abordagem do comportamento informacional o usuário da informação é compreendido como um sujeito que apresenta uma necessidade informacional, cuja motivação está fundamentada em uma lacuna ou ausência de informação. Entretanto, na perspectiva das práticas informacionais, o usuário é concebido como um sujeito ativo que, tanto influencia quanto é influenciado por outros indivíduos no fenômeno de atribuição de significado à informação em diversos contextos sociais (Araújo, 2020).

Considerando as abordagens de estudos de usuários existentes, tem-se os modelos teóricos tradicionais, voltados ao estudo de uso (funcionalismo), o comportamental (cognitivismo) e a perspectiva cultural, denominada práticas informacionais (construtivismo).

De acordo com Savolainen (1995), observar apenas os processos cognitivos do indivíduo restringe a possibilidade de alcançar a riqueza da informação construída por meio de sua interação com o contexto sociocultural em que se insere. Para o autor, as práticas informacionais se inserem nas relações estabelecidas entre o sujeito e a informação em contextos específicos, em que a apropriação da informação e a geração do conhecimento podem ocorrer por meio de práticas cotidianas (Savolainen, 2007).

McKenzie (2003) corrobora com a abordagem de práticas informacionais relacionada à vida cotidiana e ao fenômeno de significação informacional. A autora indica que o foco no conceito social de práticas de informação é mais apropriado para a busca de informação na vida cotidiana, em detrimento ao conceito psicológico utilizado, por exemplo, nos estudos de comportamento informacional.

Enquanto o conceito de comportamento reside em uma ação subjetiva (singular do indivíduo), o conceito de práticas se amplia para uma ação intersubjetiva (construída na relação do sujeito com ele mesmo e dele com outros sujeitos e objetos). Lloyd (2010) acrescenta que, nas práticas

informacionais, a ênfase não está no individual e sim na intersubjetividade, nas interações e na possibilidade de produção de conhecimento.

A partir dessa abordagem, os estudos da Ciência da Informação passaram a compreender a relação entre as atitudes individuais (comportamento informacional) e as coletivas (prática informacional) no âmbito informacional, de considerar os contextos socioculturais (Araújo, 2013).

Por tratar-se de uma abordagem emergente, torna-se necessário compreender o termo “práticas informacionais”, sob a perspectiva de *praxis*, entendida por Araújo (2017, p. 220) como “[...] o movimento por meio do qual os sujeitos agem no mundo e, como causa e consequência dessa ação, constroem esse mesmo mundo”.

Nesse sentido, o conceito de “práticas”, no âmbito da Ciência da Informação, se constitui na atribuição de valor e significado da informação construída pelos sujeitos informacionais em determinados contextos sociais.

Para Berti e Araújo (2017, p. 395), as práticas informacionais indicam a busca por informação no âmbito da “[...] relação informacional influenciada pelas interações sociais, de modo que compreendem os usuários e a informação em espaços diferentes, independentes, porém recíprocos”. Ou seja, trata-se de práticas vinculadas a contextos e circunstâncias específicas, envolvendo fatores históricos, culturais, sociais. Por essa razão, não são neutras ou isentas de modificações, manejos ou alterações. Pelo contrário, à medida que comunidades, informações e sujeitos se afetam mutuamente, as práticas também tendem a se modificar, constituindo um fenômeno de significação e atribuição de valor.

Trata-se de um tipo de movimento intelectual marcado pelo pensamento relacional, isto é, que busca sempre o “entre”, o movimento incessante entre o estruturado e o estruturante (Araújo, 2017, p. 220).

Quanto ao modelo teórico, Melo, Alves e Brasileiro (2020, p. 290) destacam que:

O conceito de “prática” advém da Etnometodologia e diz respeito a como os “fatos sociais” são constantemente produzidos pelos indivíduos. Nessa perspectiva, não existe regras, normas e estruturas que existam independentes das interações sociais, pelo contrário, tem-se a ideia de processo, ou seja, os sujeitos continuamente atualizando regras e modelos por meio de suas ações.

A mudança da utilização do conceito de “uso e usuário” de informação para “práticas informacionais”, de acordo com Marteleto (2021), é uma ruptura com paradigmas centrados nos espaços culturais e em seus modos de funcionamento, mediação e apropriação. Dessa forma, orienta-se para uma perspectiva mais crítica e interpretativa sobre o que os atores sociais, em suas múltiplas representações e práticas, efetivamente realizam com os produtos culturais e informacionais. Desloca-se “[...] do foco em uma informação-sistema para uma informação em movimento que se realiza de forma mais etérea nos fluxos das redes sociotécnicas” (Marteleto, 2021, p. 14).

Cabe destacar que o conceito “ação de informação” por vezes tem sido utilizado como sinônimo ao conceito de práticas informacionais. Entretanto, ainda que as práticas informacionais também se configurem por meio de ações, elas perpassam as ações e se constituem como um conhecimento socialmente legitimado, ou seja, as ações são uma das dimensões das práticas informacionais. As práticas informacionais se manifestam nos processos subjacentes às ações dos sujeitos, configurando-se como formas de conhecimento tácito que, embora não explicitadas, são reconhecidas pelo coletivo no contexto em que ocorrem.

Para melhor compreensão, as ações de informação se articulam como estruturantes das práticas informacionais em regimes de informação e se manifestam por meio de três modalidades sintetizadas:

[...] uma ação de informação de mediação (quando a ação de informação fica atrelada aos fins e orientação de uma outra ação); uma ação de informação formativa (aquela que é orientada à informação não como meio mas como sua finalização); e uma ação de informação relacional (quando uma ação de informação tem como finalidade intervir numa outra ação de informação, de modo que - ainda quando de autonomia relativa - dela obtém a direção e fins) (González de Gómez, 2003, p. 36).

Enquanto a ação de informação pode ser compreendida como uma atividade-meio e uma atividade-fim, as práticas informacionais operam em outra camada, qual seja, na atribuição de valor e significado à informação. Nesse sentido, tais práticas ampliam e integram discursos de sujeitos pertencentes a diferentes realidades e contextos que interagem em situações específicas. Esses se constituem como atores sociais capazes de influenciar e serem influenciados, levando a transformações individuais e coletivas, reconhecidas em fenômenos informacionais.

4 Entrelaçando conceitos para o fenômeno de significação do sujeito informacional

Este estudo se configura como uma pesquisa exploratória, de natureza bibliográfica, com delineamento sistemático e abordagem qualitativa. Tem como objetivo analisar e refletir sobre o entrelaçamento dos conceitos regime de informação e práticas informacionais, a partir da amostra de artigos científicos publicados. Para tanto, adota-se a Revisão Sistemática da Literatura (RSL) como método. A RSL envolve a realização de etapas definidas, que podem variar conforme a abordagem metodológica adotada. De-La-Torre-Ugarte-Guanilo, Takahashi e Bertolozzi (2011, p. 1261) indicam que utilizar o rigor metodológico da Revisão Sistemática de Literatura possibilita:

[...] identificar os estudos sobre um tema em questão, aplicando métodos explícitos e sistematizados de busca; avaliar a qualidade e validade desses estudos, assim como sua aplicabilidade no contexto onde as mudanças serão implementadas, para selecionar os estudos que fornecerão as EC (evidências científicas) e, disponibilizar a sua síntese, com vistas a facilitar sua implementação na PBE (práticas baseadas em evidências).

Neste estudo, as cinco etapas propostas por Denyer e Tranfield (2009) foram aplicadas. Elas consistem em: (1) formular a questão; (2) localizar os estudos; (3) avaliar e selecionar os estudos; (4) analisar e sintetizar e (5) relatar e usar os resultados.

A primeira etapa, parte da formulação da pergunta inicial: como se consolida o entrelaçamento entre os conceitos “regime de informação” e “práticas informacionais” para contribuir no entendimento de fenômenos informacionais?

Na segunda etapa foram identificadas as publicações que abordam ambos os conceitos. Optou-se por realizar o levantamento de produções científicas disponíveis na Scientific Electronic Library Online (SCIELO), na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e nos Anais do ENANCIB (Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação), utilizando os termos “regime* de informação” e “práticas informacionais*” e “aç* de informação”. Não foi estabelecido recorte temporal específico, tampouco restrições quanto a parâmetros de busca (como título, resumo, palavra-chave). A pesquisa foi realizada utilizando, por padrão, todos os índices disponibilizados pelos sistemas. Como estratégia, foram utilizados os termos em língua portuguesa (Brasil) e suas variantes nos idiomas inglês e espanhol. A interseção entre os termos foi realizada pelo operador booleano (AND).

Seguindo os preceitos propostos por Denyer e Tranfield (2009), a terceira etapa consistiu na seleção dos artigos. O levantamento eletrônico inicial resultou em 28 (vinte e oito) artigos submetidos à leitura técnica. Utilizou-se como critério de avaliação e seleção, a ocorrência, nos textos, dos conceitos de regime de informação e práticas informacionais na perspectiva da Ciência da Informação.

O total de itens recuperados por estratégia de busca e base de dados é mostrado na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Total de artigos recuperados

	SciELO	BRAPCI	Anais do ENANCIB
(Regim* de Informação AND Pratic* informaciona*)	05	09	04
(Regim* de Informação AND Ação informacional)	00	03	05
(Regim* de informação AND Aç* de informação)	02	00	00
(Information regimes AND Information practices)	00	00	00
(Information regimes AND information action)	00	00	00
(Regímen de información AND Prácticas de información)	00	00	00
(Regímen de información AND Acción informativa)	00	00	00

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Seguindo para a quarta etapa e excluídos os artigos que não atenderam o critério adotado, cinco artigos foram selecionados para análise e a leitura na íntegra foi realizada para compreender, sob a perspectiva de seus autores, como se consolida o entrelaçamento dos conceitos “regime de informação” e “práticas informacionais”. A análise partiu da publicação mais antiga para a mais recente.

Quadro 1 - Artigos selecionados para análise

<u>Novos enfoques no campo da Ciência da Informação: uma discussão sobre a aplicabilidade do conceito de regime de informação em arranjos produtivos locais</u>	Adriane Maria Arantes de Carvalho	Perspectivas em Ciência da Informação	2009
<u>Ações de informação no laboratório de aplicações de vídeo digital da Universidade Federal da Paraíba</u>	Emy Pôrto Bezerra; Isa Maria Freire	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia	2018
<u>Documento e institucionalidades: dimensões epistemológica e Política</u>	Rodrigo Rabello	Encontros Bibli	2018
<u>Regimes de informação, agentes governamentais e tipologias de informação: o monitoramento da implementação da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho</u>	Pedro Alves Barbosa Neto; Judson Daniel Oliveira da Silva	Perspectivas em Ciência da Informação	2019
<u>Os conceitos de informação, documento e regime de informação a partir da perspectiva Frohmanniana na Ciência da Informação uma revisão sistemática da literatura em periódicos brasileiros</u>	Ana Flávia Dias Zammataro; e Ana Cristina de Albuquerque	RDBCI: Rev. Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação	2021

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A quinta e última etapa consistiu na descrição, análise e discussão dos resultados obtidos na busca. Por se tratar de revisão sistemática de abordagem qualitativa, considerou-se que a síntese dos dados foi conduzida de forma descritiva. “Nesse caso, a síntese é um resumo textual das características e da informação relevante das EC (evidências científicas)” (De-La-Torre-Ugarte-Guanilo; Takahashi; Bertolozzi, 2011, p. 1264).

Com o objetivo de estabelecer o marco metodológico do estudo, optou-se por identificar, nos artigos selecionados, os termos que auxiliam na identificação da relação entre os conceitos “regime de informação” e “práticas informacionais”, destacados em negrito para fins de análise. A análise dos termos utilizados pelos autores dos artigos elencados no Quadro 1 buscou responder à pergunta inicial: como se consolida o entrelaçamento entre os conceitos “regime de informação” e “práticas informacionais” para o entendimento de fenômenos informacionais?

4.1 Carvalho (2009)

O enfoque do estudo reside na aplicabilidade de RI em arranjos produtivos locais (APLs) como *locus* de interações informacionais capazes de contribuir com as discussões sobre práticas e ações e informacionais. A autora destaca que os APLs são compostos por **atores diversos** e a proximidade entre eles permite geração e transferência de **informação, conhecimento**, inovação e **aprendizagem no coletivo**.

A autora utiliza o conceito de **territorialidade** (conjunto de **relações** entre o **indivíduo** e o **contexto**) e destaca que a **cultura** local e os códigos de **comunicação** formam a identidade de um território, e essa identidade faz a diferença em termos competitivos. Destaca que o **contexto e as relações formais e informais entre os atores** configuram formas específicas de compartilhamento de informação e conhecimento, em especial o conhecimento tácito e, conseqüentemente, a efetivação dos mecanismos de cooperação, aliados aos recursos informacionais e aos interesses coletivos. Outro aspecto diz

respeito ao sentimento de pertencimento que, nesse estudo, é validado por meio de relações de confiança construídas a partir de relações de trabalho.

O referencial teórico do estudo é construído a partir de González de Gómez (1999), Frohmann (1995) e Braman (2004), que destacam as possibilidades de construção de **regimes de informação** como um **ambiente complexo e mutável** que fundamenta a construção de **políticas de informação**, da mesma forma, as políticas podem alterar os regimes. Utiliza o estudo de caso como método para buscar compreensão a respeito de como o regime de informação no contexto dos APLs se conforma. Por meio de questionários, a autora do artigo entrevista membros de um Comitê Gestor e apresenta como **elementos** necessários à constituição de um regime de informação:

[...] **atores envolvidos** (identificação, relacionamentos formais e informais); **políticas** específicas para o desenvolvimento da capacidade inovativa na Região; **serviços, mecanismos e instrumentos formais de sustentação das práticas intraorganizacionais de disseminação e compartilhamento de conhecimento** (procedimentos previsíveis); **vocabulário comum** (grau de territorialização do conhecimento requerido); **valores e metas compartilhados; transparência** no ambiente legal e regulatório (Carvalho, 2009, p. 225).

Ao analisar a relação entre o contexto do trabalho e o contexto da vida cotidiana, o artigo destaca a importância das relações interpessoais, do contato face a face e das atividades rotineiras e habituais para a conformação de um regime de informação. Evidencia, dessa forma, o entrelaçamento entre os conceitos de regime de informação e práticas informacionais.

4.2 Bezerra e Freire (2018)

As autoras discutem o conceito de regime de informação, alertando não haver, na literatura da área da CI, um enfoque voltado ao **contexto e/ou espaço de significação** onde os regimes de informação se instalam. Partem da análise das ações de informação que se desenvolvem no regime de informação de um micro contexto social: um dos Laboratórios da Universidade Federal da Paraíba.

Utilizam evidências amparadas no modelo de González de Gómez (2012) e mencionam que “[...] a **cultura informacional compartilhada pelos atores no âmbito de um dado espaço social**, contribui para o entendimento da sua aplicação em um dado **contexto**”. González de Gómez (1999a,b, 2002, 2003) indica ainda que os **elementos constituintes de um RI são: os dispositivos de informação, os atores sociais, os artefatos e as ações de informação** que são realizadas por “[...] indivíduos ou equipes (atores sociais), no espaço onde estão circunscritos os elementos fundamentais que gerenciam, compõem ou direcionam o fluxo de toda produção, organização, comunicação e transferência de informações” (Freire *et al.*, 2011, p. 428).

O estudo é teórico e contempla na Ciência da Informação, gestão da informação e cultura informacional, políticas de informação (no sentido de ordem e regulação), **regime de informação, conceito de informação** no regime de informação, **inteligência coletiva**, teleologia e modalidades das **ações de informação**.

Valem-se dos apontamentos de González de Gómez (1999a, p. 27, grifo nosso) para concluir que a “[...] **ação de informação** seria aquela realizada por **atores sociais** em suas **práticas** e atividades, ancoradas **culturalmente numa forma de vida** e geradas em **comunidades epistêmicas** ou **configurações coletivas de relações intersubjetivas**”.

Por meio de Ekbja e Evans (2009, p. 440, tradução nossa):

[...] estabelecem algumas semelhanças e **diferenças do uso do termo regimes de informação e o conceito de regimes de verdade**, de Michel Foucault. Este, por sua vez, usa os regimes de verdade para discutir as grandes questões da circulação de conhecimento-poder, a partir dos comportamentos técnico-científicos da sociedade contemporânea. Os **RI**, por outro lado, **lidam com as práticas situadas na vida diária e cotidiana, envolvidas principalmente com a criação e o intercâmbio de informação, conseqüentemente de conhecimento**.

Com base em Habermas (2003), as autoras defendem que a comunicação e a argumentação são as maneiras adequadas para a sociedade alcançar seus

interesses. Para Habermas, a prática da comunicação é um instrumento de aprendizagem social que gera valores intersubjetivos com base nas trocas de valor social. Contudo, a leitura permite inferir que as autoras consideram as ações de informação em um determinado contexto social para determinar e configurar o seu regime de informação, colaborando assim para a geração de conhecimento entre os indivíduos, denominada por elas como inteligência coletiva.

Embora o estudo tenha se baseado em González de Gómez, no âmbito do regime de informação, contou também com aportes de Bezerra, Guimarães e Silva (2014), Freire (2010), Braman (2011), Frohmann (1995), Ekbia e Evans (2009), e Bezerra (2003).

4.3 Rabello (2018)

O artigo busca, por meio da abordagem teórica de Foucault e González de Gómez, discutir o conceito de documento não apenas na perspectiva de objeto/coisa, mas enquanto valor construído por meio das **institucionalidades** e das **práticas sociais** e discursivas. Argumenta que o documento pode ser interpretado como suporte da informação registrada para fins específicos (como fonte de informação, representação da realidade e, entre outras questões, sua recuperação e seu uso via sistemas de informação), ou seja, com foco na fisicalidade em função de uma finalidade prática. Rabello (2018) destaca que há outras possibilidades de compreensão acerca do conceito de documento: (a) a materialidade do documento é posterior à fisicalidade do suporte; (b) o documento se constitui como um produto de práticas sociais, envolvido por diferentes institucionalidades. Nessa perspectiva, destaca que, de forma mais ampla, a:

[...] transformação do objeto em algo com valor social e institucional pode se beneficiar de possíveis interpretações que congregam perspectivas políticas e epistemológicas, considerando ao menos 11 (onze) caminhos que podem se intercruciar, a saber: a) institucionalidade, b) cultura material, c) **regimes de informação**, d) **ações de informação**, e) **práticas informacionais**, f) validação

da informação, g) estudo da forma documental, h) historiografia, i) burocracia, j) materialidade da informação, k) desenvolvimento de coleções, l) organização do conhecimento (Rabello, 2018, p. 143).

Destaca também que, nas suas distintas conformações sociotécnicas, os regimes de poder e de verdade podem ainda ser compreendidos como regimes de informação. Nesses regimes, as ações e práticas informacionais que se desenvolvem fornecem indícios “[...] da agência de autoridades no processo de validação da informação em diferentes campos do saber” (Rabello, 2018, p. 150).

4.4 Barbosa Neto e Silva (2019)

Os autores abordam o conceito de regime de informação sob o aspecto de análise da correlação com os procedimentos realizados no processo de implementação das Normas Internacionais do Trabalho propostas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). O enfoque diz respeito à Convenção 182 que trata sobre a Erradicação das Piores Formas do Trabalho Infantil. Buscou-se, nesse contexto, uma compreensão a **respeito dos Regimes Internacionais de Direitos Humanos** e de seus respectivos **regimes de Informação**, tendo como foco as **práticas informacionais** que os subsidiam.

Os autores destacam, por meio Donelly (1986, p. 107), que os Regimes Internacionais se categorizam em:

Regimes de Normas Internacionais Autoritárias; Regimes de Padrões Internacionais com possibilidades de exceções nacionais; Regimes de Guidelines Internacionais; e Regimes de Padrões Nacionais. Essas categorias, segundo o autor apresentam variação de força na medida em que compelem de modo diferenciado o Estado nacional a se conformar com as normativas por elas estabelecidos.

Ao trazerem definições teóricas acerca de regime de informação, os autores destacam a relevância das contribuições de González de Gómez (2012), na medida em que a autora destaca, em seus estudos, elementos conceituais

fundamentais para a compreensão de regime de informação, com base nas perspectivas de Frohmann e Braman. Braman (2004) compreende os regimes como novas formas de atuação política que se manifestam fora do campo tradicional da política. Já Frohmann (1995) situa regime de informação como alternativa teórica à Política de Informação (entendida como política governamental), tendo em vista que não integram com as esferas sociais e seus atores.

Este artigo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica e documental, que objetivou analisar relatórios informativos produzidos e enviados pelos Estados-nacionais ao Comitê de Peritos da Organização Internacional do Trabalho sobre o monitoramento da implementação da Convenção 182. Fizeram parte da amostra: Brasil, Bolívia, Chile, Costa Rica e EUA.

Os resultados apontam que os regimes internacionais de Direitos Humanos (OIT) procuram manter um padrão de comportamento informacional para análise dos resultados de todos os países integrantes. Todavia, porque os regimes de informação, os agentes governamentais e as tipologias de informação são diversas, os relatórios acabam sendo apresentados de formas diferentes e, por especificidades políticas e legislativas de cada país, algumas informações ficam indisponíveis. Não se questiona a necessidade da existência de regimes internacionais enquanto garantias fundamentais no contexto de proteção social. No entanto, destacam claramente que os regimes de informação dependem de decisão política do Estado.

Além de González de Gómez (2012), Braman (2004) e Frohmann (1995), outros autores como Frota e Barbosa Neto (2010), Donnelly (1986), Krasner (1982) e Magnani e Pinheiro (2011) foram utilizados no embasamento teórico do estudo. Embora algumas das definições dos autores acima mencionados incluam os elementos discursivos e culturais, entende-se que, nesse estudo, Barbosa Neto e Silva (2019) empregam o conceito de regime de informação em articulação com os regimes de poder e controle exercidos pelo Estado.

4.5 Zammataro e Albuquerque (2019)

As autoras analisaram 20 artigos disponíveis em periódicos da CI, nos estratos Qualis A1 e A2, publicados entre os anos de 2009 a 2019, cujas abordagens contemplavam **informação, documento e regime de informação**, sob a perspectiva de Frohmann. A análise buscou identificar em quais aspectos o autor contribui para a produção científica brasileira, especialmente no que se refere à **materialidade e à institucionalidade do documento**, bem como sua historicidade e concepção do documento como instância de agência. Destacam também que Frohmann inaugura o conceito de **regime de informação** como um conceito que expande o conceito de política de informação (Estado) e a amplia para uma perspectiva que inclui **sujeitos e tecnologias**, constatando que diversos outros autores baseiam seus estudos nos apontamentos cunhados por Frohmann, aprofundando ou não os seus argumentos. Frohmann é um autor considerado neodocumentalista, e essa questão perpassa também a análise das autoras.

Um dos artigos analisados por elas destaca que, o “[...] ‘documento’, em uma linha de reflexão ‘neodocumentalista’, de fundo frohmanniano, repercute condicionantes políticas plurais e em luta social constante” (Ortega; Saldanha, 2019, p. 203).

As análises apresentam um quadro que destaca os aspectos conceituais convergentes entre os artigos analisados e evidenciam que os estudos de Frohmann trazem abordagens e temáticas diversas da Ciência da Informação, desde as mais clássicas até as mais atuais. De acordo com Zammataro e Albuquerque, (2021, p. 18), para Frohmann e demais autores analisados, “[...] a informação é viva, posto que as práticas documentárias são estabelecidas com ela e a partir dela, sendo que, assim, se constituem as **relações sociais, relações de poder**”.

Concluídas a leitura e a análise dos cinco artigos, alguns pontos merecem destaque em relação ao entrelaçamento dos conceitos:

Primeiramente, os artigos selecionados foram localizados por meio de busca automatizada mediante argumentos de busca que visavam interseção entre

os conceitos. Todavia, ao ler os textos, percebeu-se o regime de informação como foco principal dos artigos. O termo “práticas informacionais” aparece de forma coadjuvante nos textos analisados. De modo geral, os autores optam pelo uso do termo “ações de informação”; em segundo lugar, o conceito “sujeito informacional” aparece como “sujeito” ou “sujeito de ação de informação” e há o uso do termo “atores” referindo-se às pessoas ou indivíduos que, relacionados, fazem parte do regime de informação. Em terceiro lugar, regimes de informação são citados em alguns conteúdos como termo similar a regimes de verdade ou regimes de poder.

Além disso, outro destaque, é que se observa certa complexidade na explicitação do conceito de regime de informação nos textos, uma vez que as próprias definições conceituais frequentemente o abordam sob a perspectiva de políticas de informação, o que pode gerar ambiguidade de interpretação.

Quanto ao período de publicação, apenas um dos artigos é de 2009, os demais foram publicados entre 2018 e 2021. De maneira geral, são publicações recentes que incorporam, em seu arcabouço teórico, aportes de Frohmann, Braman e, especialmente, González de Gómez, esta última citada em 100% dos artigos analisados. Informação e documento são termos e conceitos tratados sob diferentes perspectivas em todos os artigos analisados, uma vez que neles foram identificados objetos de estudo relacionados aos conceitos investigados neste trabalho. O contexto é abordado em alguns dos artigos analisados, e a ênfase é a dimensão social da construção do conhecimento pelos sujeitos, frequentemente mencionada como inteligência coletiva.

5 Considerações finais

A análise permitiu compreender que os regimes de informação se constituem, se desenvolvem e se legitimam por meio de práticas informacionais, os quais se manifestam em ações de informação realizadas pelos sujeitos informacionais inseridos em determinados contextos sociais.

Neste estudo, as práticas informacionais foram analisadas com base nas ações de informação, termo utilizado pelos autores dos artigos estudados. Acredita-se que, para além das ações, as práticas informacionais possibilitam atribuição de valor e significado à informação. Essa dimensão foi identificada nos estudos de forma subjacente, à medida que as práticas ampliam e integram os discursos de sujeitos inseridos em diferentes realidades e contextos. Esses sujeitos se constituem como atores sociais, influenciando e sendo influenciados, promovendo transformações individuais e coletivas.

Quanto ao regime de informação, percebe-se uma sobreposição do termo com políticas de informação. Enquanto alguns estudiosos compreendem os regimes como uma nova forma de política, outros o veem como alternativa teórica que surge para ampliar o conceito de política de informação, inserindo e integrando as esferas sociais e seus atores.

Nesse sentido, percebe-se a necessidade de avanço do debate acerca de uma melhor diferenciação conceitual entre regime e políticas de informação, enfatizando os elementos que os compõem e onde se situam, uma vez que o regime de informação possui, efetivamente, ligação com as políticas, mas não está restrito a elas. Os regimes se situam em “ambientes” ou “estruturas” onde trocas inscritas e subjacentes entre seres humanos (os sujeitos) ocorrem e essas relações promovem a geração de novos conhecimentos.

O regime de informação representa a estrutura dentro da qual as práticas informacionais podem se desenvolver, enquanto as práticas informacionais podem, por sua vez, influenciar e transformar o regime de informação. Como demonstrado pela pesquisa, a literatura não apresenta essa conexão de forma robusta, pois se concentra mais em definir o contexto e as ações informacionais, que são apenas uma das possibilidades das práticas informacionais.

Entretanto, destaca-se a escassez de estudos que abordam a relação entre regime de informação e práticas informacionais como limite dessa investigação, uma área em potencial que pode ser explorada por pesquisadores da Ciência da Informação.

Ademais, há necessidade de estudos que tragam, à comunidade científica, maior aprofundamento sobre o conceito de sujeito informacional no âmbito das práticas informacionais, uma vez que esse é um importante elemento constituinte do regime de informação.

Em conclusão, observa-se que os conceitos estudados são significativos tanto em seus contextos específicos quanto na interrelação entre eles, se conformando em estruturas conceituais ainda mais relevantes para compreensão dos fenômenos informacionais e da realidade cotidiana que cercam os sujeitos e a sociedade.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Araucária/SETI-PR.

Referências

ARAÚJO, C. A. Á. Os estudos em práticas informacionais no âmbito da Ciência da Informação. *In*: ALVES, E. C.; BRASILEIRO, F. S.; CÔRTEZ, G. R.; MELO, D. A. (org.). **Práticas informacionais: reflexões teóricas e experiências de pesquisa**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2020. p. 21-73.

ARAÚJO, C. A. Á. O sujeito informacional no cruzamento da Ciência da Informação com as Ciências Humanas e Sociais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: USFC, 2013.

ARAÚJO, C. A. Á. O que são “Práticas informacionais”? **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. esp., p. 217-236, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.36517/ip.v2iespecial.20655>. Acesso em: 19 mar. 2024.

BARBOSA NETO, P. A.; SILVA, J. D. O. Regimes de informação, agentes governamentais e tipologias de informação: o monitoramento da implementação da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 103-121, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3536>. Acesso em 12 mar. 2024.

BERTI, I. C. L. W.; ARAÚJO, C. A. A. Estudos de usuários e práticas informacionais: do que estamos falando? **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 389-401, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2017v22n2p389>. Acesso em: 24 mar. 2024.

BEZERRA, E. P. **Digitalizando o virtual**: uma análise informacional do processo de implementação da Biblioteca Digital Paulo Freire. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2003.

BEZERRA, E. P.; FREIRE, I. M. Ações de informação no laboratório de aplicações de vídeo digital da universidade federal da Paraíba. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 427-466, 2018.

BEZERRA, E.; GUIMARÃES, Í. J. B.; SILVA, Z. C. G. Análise da ação de informação relacional no LAVID da UFPB. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. São Paulo: ANCIB, 2014. p. 4212-4218.

BEZERRA, E. P.; SILVA, Z. C. G.; GUIMARÃES, I. J. B.; SOUZA, E. D. Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, v. 22, n. 2, p. 60-86, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.19132/1808-5245222.60-86>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BRAMAN, S. Defining information policy. **Journal of information policy**, Durham, North Carolina, v.1, p.1-5, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5325/jinfopoli.1.2011.0001>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BRAMAN, S. **The emergent global information policy regime**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

CARVALHO, A. M. A. Novos enfoques no campo da Ciência da Informação: uma discussão sobre a aplicabilidade do conceito de regime de informação em arranjos produtivos locais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. esp., p. 213-227, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362009000400015>. Acesso em: 14 mar. 2024.

DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, M. C.; TAKAHASHI, R. F.; BERTOLOZZI, M. R. Revisão sistemática: noções gerais. **Revista Escola Enfermagem**, São Paulo, v. 45, n. 5, p. 1260-1266, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342011000500033>. Acesso em: 11 maio 2023.

DENYER, D.; TRANFIELD, D. Producing a systematic review. *In*: BUNCHANA, D.; BRYMAN, A. (ed.). **The Sage handbook of organizational research methods**. London: Sage Publications, 2009. p. 671-689.

DONNELLY, J. International human rights: a regime analysis. **International Organization**, New York, n. 40, v. 3, p. 559-642, 1986. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0020818300027296>. Acesso em: 11 maio 2023.

EKBIA, H. R.; EVANS, T. P. Regimes of information: land use, management, and policy. **The information society**, London, v. 25, n. 5, p. 328-343, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01972240903212789>. Acesso em: 11 maio 2023.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, G. H. A. **Ética da informação**: conceitos, abordagens, aplicações. João Pessoa: Idea, 2010.

FREIRE, I. M. *et al.* Ações de pesquisa e extensão no projeto laboratório de tecnologias intelectuais. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 127-138, 2011.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton, Alberta. **Proceedings** [...] Alberta: [s. n.], 1995.

FROTA, M. G. C.; BARBOSA NETO, P. A. Mediação institucional e processo socioinformacional de monitoramento dos direitos da criança no sistema mundial. **DatagramaZero: Revista de Ciência da Informação**, Porto alegre, v. 11, n. 6, p. 1-9, 2010.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-31, 1999a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 31-43, 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652002000100004>. Acesso em: 12 mar. 2024.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Política e gestão da informação: novos rumos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 1, 1999b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19651999000200001>. Acesso em: 12 mar. 2024.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**: sobre a estrutura de ambiente e educação. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

KRASNER, S. D. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. **International Organization**, New York, v. 36, n. 2, p.

185-205, 1982. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0020818300018920>.
Acesso em: 12 mar. 2024.

LLOYD, A. Framing information literacy as information practice: site ontology and practice theory. **Journal of Documentation**, Leeds, v. 66, n. 2, p. 245-258, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/00220411011023643>. Acesso em: 12 mar. 2024.

MAGNANI, M. C. B.; PINHEIRO, M. M. K. “Regime” e “Informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 593-610, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1981-0695.2012v7n1.14910>. Acesso em: 10 abr. 2024.

MARTELETO, R. M. O campo de estudos da informação e a transversalidade do seu objeto: desafios teóricos e metodológicos para estudar as práticas informacionais. In: TANUS, G.; ROCHA, J. A. P.; BERTI, I. C. L. W. (org.). **Práticas informacionais em diálogo com as ciências humanas**. Florianópolis: Rocha, 2021.

McKENZIE, P. A model of information practices in accounts of everyday-life information seeking. **Journal of Documentation**, Leeds, v. 59, n. 1, p. 19-40, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/00220410310457993>. Acesso em: 24 abr. 2024.

MELO, D. A.; ALVES, E. C.; BRASILEIRO, F. S. Práticas informacionais das mulheres negras e o desenvolvimento da competência crítica em informação. In: ALVES, E. C.; BRASILEIRO, F. S.; CÔRTEZ, G. R.; MELO, D. A. (org.). **Práticas informacionais: reflexões teóricas e experiências de pesquisa**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2020.

ORTEGA, C. D.; SALDANHA, G. S. A noção de documento no espaço tempo da Ciência da Informação: críticas e pragmáticas de um conceito. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. esp., p. 189-203, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3920>. Acesso em: 23 abr. 2020.

RABELLO, R. Documento e institucionalidades: dimensões epistemológica e política. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 23, n. 51, p. 138- 156, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2018v23n51p138>. Acesso em: 10 maio 2024.

SAVOLAINEN, R. Everyday life information seeking: approaching information seeing in the context of way of life. **Library and Information Science Research**, Amsterdam, v. 17, n. 3 p. 259-294, 1995. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0740-8188\(95\)90048-9](https://doi.org/10.1016/0740-8188(95)90048-9). Acesso em: 25 abr. 2024.

SAVOLAINEN, R. Information behavior and information practice: reviewing the “umbrella concepts” of information-seeking studies. **The Library Quarterly**, Chicago, v. 77, n. 2, p. 109-132, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/517840>. Acesso em: 12 mar. 2024.

TANUS, G. F. V. C.; BERTI, I. C. L. W.; ROCHA, J. A. P. Em cena os usuários e os sujeitos informacionais: um olhar para os estudos de usuários e para as práticas informacionais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 4, p. 146-166, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/40132>. Acesso em: 15 abr. 2024.

ZAMMATARO, A. F. D.; ALBUQUERQUE, A. C. Os conceitos de informação, documento e regime de informação a partir da perspectiva Frohmanniana na Ciência da Informação uma revisão sistemática da literatura em periódicos brasileiros. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 19, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v19i00.8662643>. Acesso em: 17 abr. 2024.

ZANETTI, R. R.; SILVA, T. E. Regime de informação: contribuições para implementação de políticas institucionais de desenvolvimento da pós-graduação stricto sensu e para atendimento à avaliação da Capes. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 1, n. 1/2, p. 20-39, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2317-4390.2012v1n1/2p20>. Acesso em: 14 mar. 2024.

Information regime-and information practices: interweaving concepts to understand meaning-making processes of informational subjects

Abstract: This study aimed to theoretically analyze the interconnection between the concepts of “information regime” and “information practices” within scientific publications in the area of Information Science in Brazil. An exploratory and bibliographic research approach was employed, with a systematic and qualitative typology to analyze articles available in the Scientific Electronic Library Online, the Base de Dados em Ciência da Informação, and the proceedings of National Research Meeting in Information Science. Based on the criteria adopted in the research, five articles were selected for analysis, and the investigation was conducted from the perspective of the authors, the thematic focus attributed to the concepts and the possibility of understanding their similarities and differences. The findings indicate that the interconnection between the concepts is consolidated through the concept of information actions, given that information regimes are constituted, developed, and legitimized through actions carried out by informational subjects situated in specific social contexts. However, information actions represent only one dimension of information practices, which encompass the process of meaning-making and the

construction of knowledge as an informational phenomenon.

Keywords: information regime; information practices; information actions, informational subject

Declaração de autoria

Concepção e elaboração do estudo: Ligia Patricia Torino, Terezinha Elisabeth da Silva, Ilemar Christina Lansoni Wey Berti

Coleta de dados: Ligia Patricia Torino

Análise e interpretação de dados: Ligia Patricia Torino, Terezinha Elisabeth da Silva, Ilemar Christina Lansoni Wey Berti

Redação: Ligia Patricia Torino, Terezinha Elisabeth da Silva, Ilemar Christina Lansoni Wey Berti

Revisão crítica do manuscrito: Ligia Patricia Torino, Terezinha Elisabeth da Silva, Ilemar Christina Lansoni Wey Berti

Declaração de disponibilidade de dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Autoria para correspondência

Ligia Patricia Torino
torino@utfpr.edu.br
ligia.patricia@uel.br

Editor-chefe

Thiago Henrique Bragato Barros

Como citar

TORINO, Ligia Patricia; SILVA, Terezinha Elisabeth; BERTI, Ilemar Christina Lansoni Wey. Regime de informação e práticas informacionais: entrelaçando conceitos para compreensão dos processos de significação dos sujeitos informacionais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 31, e-141477, 2025. <https://doi.org/10.1590/1808-5245.31.141477>

Recebido: 26/07/2024

Aceito: 03/07/2025

